



1 15ª Ata da Reunião Ordinária do CMS – Aos vinte e cinco dias do mês de
2 setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, na sala de
3 reuniões, situada à Rua: Balduino Taques, 445 – Centro. Presentes os
4 conselheiros Titulares: Elaine Cristina Rinaldi, Debora Lee, Felipe Simão
5 Pontes, Juceleia Monteiro Vieira, Paulo Saincler Heusi, José Timóteo
6 Vasconcellos Sobrinho, Luiz Carlos de Oliveira, Candido José Coesel, Ana
7 Maria Bourguignon de Lima, César José Campgnoli. Conselheiros Suplentes:
8 Simone Schenfeld Monçalves, Vera Lúcia Leal Wosgerau, Bruno
9 Compagnoni, Luiz Carlos Gorchinski. O Presidente José Timóteo
10 Vasconcellos Sobrinho assume os trabalhos e procede a abertura da reunião,
11 cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e Aprovação das**
12 **atas: 13ª, 14ª ata da reunião ordinária. 2. Relatos Gerais das Comissões.**
13 **3. Informes Gerais. 4. Ordem do Dia. 4.1. Deliberação do Pleno quanto á**
14 **aprovação do Plano de Aplicação do VIGIASUS. 4.2. Indicação de**
15 **Palestrante das Pré- Conferências de todos os Segmentos. 1. Leitura e**
16 **Aprovação das atas: 13ª, 14ª ata da reunião ordinária.** Aprovadas por 12
17 (doze) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. O presidente José Timóteo
18 Vasconcellos Sobrinho fala que referente à 14ª ata, nas linhas 305 e 306,
19 onde se diz o seguinte “O presidente José Timoteo Vasconcellos Sobrinho
20 coloca em votação se os conselheiros concordam de fazer a resolução, 13
21 (treze) votos favoráveis, 1 (uma) abstenção e 3 (três) votos contrários.”
22 Explana que faltou a continuação da fala que diz: as comissões temáticas
23 devem fazer a memória no ato das reuniões, enquanto estiverem analisando
24 a documentação. **2. Relatos Gerais das Comissões.** O conselheiro Wagner
25 Lusiano faz a leitura do relato da comissão de Orçamentos, Programas e
26 Projetos, Relatório Da Reunião Da Comissão De Orçamentos, Programas E
27 Projetos Do Conselho Municipal De Saúde De Ponta Grossa (18/09/2018).
28 Em data de dezoito de setembro de dois mil e dezoito (Terça-feira), com
29 quórum suficiente iniciou-se às 17 h 21 min a 7ª Reunião efetiva da Comissão
30 de Orçamentos, Programas e Projetos, mas dependências do Conselho
31 Municipal de Saúde de Ponta Grossa, sito à Rua: Balduino Taques, N°445,
32 Centro, a qual foi convocada pelo Coordenador Luiz Carlos Gorchinski.
33 Marcaram presença os Conselheiros Membros Luiz Carlos Gorchinski,
34 Wagner Lusiano Lima Guimarães, Ana Caetano Pinto, Ailton José Spitzner e
35 a convidada Gestora do VIGIASUS, Priscilla Vanessa Alves Santos. O
36 Coordenador saudou a todos agradecendo a presença, deu início aos
37 trabalhos para ouvir as explicações da Gestora do VIGIASUS, inerentes à
38 projeção orçamentária do referido. Consoante o Ofício 01/2.018, o qual gerou
39 o Protocolo 2560347/2018 na PMPG, foi enviado à Secretaria Executiva
40 apenas o Contrato Do Imóvel locado, sendo que o número de Servidores
41 Públicos lotados nas várias áreas que compõe o Departamento do VIGIASUS
42 não foi apresentado para nossa análise. Quanto à projeção orçamentária



43 questionada em nosso relatório anterior, a Gestora do VIGIASUS enfatizou
44 peremptoriamente que é anual e as despesas de custeio (Recursos humanos,
45 Serviços de Terceiros, Materiais de Consumo), também capital de
46 investimentos serão complementados ulteriormente pelo remanejamento de
47 verbas federais recebidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Ponta
48 Grossa. Devido à uma solicitação do Conselheiro Representante da
49 Associação Brasileira de Odontologia - ABO, César José Campagnoli, na
50 Reunião Plenária de 11 de setembro de 2.018 (Terça-feira), ao então
51 Conselheiro Gestor Diego Osmar Rodrigues, em disponibilizar o contrato do
52 VIGIASUS com a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, inerente à
53 análise de água, a gestora nos informou que houve o contrato com outra
54 empresa para a referida prestação de serviços e que enviaria na quarta-feira
55 (19/09/2.018), o referido contrato à Secretaria Executiva do CMS/PG, para
56 posterior análise de nossa comissão, porém o acordado e compromissado
57 conosco não foi honrado, até a data de hoje, apesar de várias tentativas das
58 Secretarias Executivas em contactá-la. Então complementando ressalte-se
59 que o contrato com a UEPG, inerente às análises de água, não está mais a
60 VIGER. Os Conselheiros Membros presentes analisaram superficialmente o
61 contrato do imóvel locado pelo departamento de zoonoses, o qual é vinculado
62 ao VIGIASUS e devido ao elevado número de leis, artigos, incisos,
63 parágrafos, etc., procrastinamos para a nossa próxima reunião, então
64 daremos um parecer conclusivo, na questão da localização, aluguel
65 exorbitante no valor mensal de R\$ 12.226,80 (Doze mil, duzentos e vinte e
66 seis reais e oitenta centavos), totalizando um valor anual do contrato de R\$
67 146.721,60 (Cento e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e um reais e
68 sessenta centavos), efetivado pela administração pública discricionariamente,
69 consoante a conveniência e oportunidade. A Comissão de Orçamentos,
70 Programas e Projetos consensual e veementemente repudia e lamenta a
71 ingerência manifestada no ofício 101/2.018, através da Secretaria Municipal
72 de Saúde de Ponta Grossa, colocando em dúvida a idoneidade de nossa
73 comissão, em relação ao relatório da 6ª reunião efetivada em data de 21 de
74 agosto de 2.018 (Terça-feira) e lida em Reunião Plenária, da 13ª Reunião
75 Ordinária do CMS/PG, em data de 28 de agosto de 2.018 (Terça-feira), haja
76 vista estarmos cumprindo o que está a vigor no regimento interno do
77 CMS/PG, atingindo nossos objetivos, outrossim, executando as funções, para
78 as quais são instituídos os conselhos, ou seja fiscalizar a aplicação das
79 verbas públicas. A autonomia do conselho municipal de saúde e de suas
80 comissões deve ser preservada e respeitada, sem quaisquer ingerências em
81 suas competências, por parte da Administração Pública. Então diante do
82 exposto, passamos a responsabilidade a toda representatividade do CMS/PG,
83 cumprimos com as nossas finalidades de propiciar através de nossos
84 questionamentos uma maior transparência, trazendo à tona situações deveras



85 nebulosas, elucidadas parcialmente, devido à ausência de documentação
86 comprobatória solicitada, as quais com certeza, serão apresentadas
87 ulteriormente à secretaria executiva. Nada mais havendo a tratar o
88 Coordenador Luiz Carlos Gorchinski encerrou a reunião, às 19 h 03 min,
89 agradeceu a presença de todos e eu Relator, Wagner Lusiano Lima
90 Guimarães transcrevi o presente relatório exarado com fulcro na verdade,
91 subscrevendo-me no final com os demais Conselheiros, após leitura na
92 próxima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Ponta
93 Grossa. O presidente José Timoteo Vasconcellos fala que como já foi
94 verificado, já saiu uma resolução e esse detalhe deveria constar na memória,
95 fala também que quer saber a indicação da comissão, aprovação ou não
96 aprovação. O conselheiro Luiz Carlos Gorchinski fala que no decorrer da
97 reunião devido à solicitação de verificação dos insumos, da rede de água, do
98 contrato com a UEPG pelo conselheiro César José Campagnoli da ABO, a
99 Priscilla Vanessa Alves Santos gestora do VIGIASUS comunicou a comissão
100 que foi efetivada um novo contrato com outra empresa realmente o contrato
101 com a UEPG então não está mais a vigor, então ela se prontificou a passar o
102 contrato para Secretária Executiva na quarta feira dia após reunião só que ela
103 não cumpriu com o acordado e o compromissado com a comissão apesar das
104 várias tentativas das secretárias executivas em contactá-la. Quanto ao
105 contrato do imóvel locado no Jd. Carvalho, devido a várias leis envolvidas,
106 artigos, incisos e parágrafos foram procrastinados para próxima reunião, com
107 análise mais detalhada para verificar as legislações vigentes, contato
108 discricionário sem licitação então é possível pela lei 866 de 93. Então foi
109 colocada a decisão para o pleno por que não foi repassado consoante ofício
110 protocolizado na Secretária Municipal de Saúde do numero de servidores
111 públicos lotados de diversos departamentos do VIGIASUS, só consta no
112 protocolo, mas na secretária executiva não veio só veio o contrato e a Sra.
113 Priscilla Vanessa Alves Santos não apresentou também o contrato com a
114 nova empresa que vai fazer a análise da água do departamento. Então por
115 não ter sido enviado passa a responsabilidade de aprovar ou não para a
116 reunião plenária. O presidente José Timoteo Vasconcellos Sobrinho pergunta
117 a comissão qual indicação está dando ao pleno. O conselheiro Wagner
118 Lusiano diz que a comissão tem por analisar toda a documentação todas as
119 questões foram respondidas, com relação ao relatório final se é aprovado ou
120 não como foi interpelado algumas duvidas a comissão passa a
121 responsabilidade para o conselho e não só passa como também quer
122 convocar mais alguns conselheiros que façam parte da comissão, haja vista
123 que a comissão acredita que devem trabalhar de forma mais transparente e
124 juntamente defendendo. O conselheiro Carlos Eduardo Coradassi pede
125 questão de ordem, faça que o conselheiro Wagner Lusiano esta fugindo do
126 objeto, a pergunta do presidente foi bem específica, qual foi a atenção com



127 relação análise do produto, ou seja, você tem que falar exatamente o que a
128 comissão decidiu. O Sr. Diego Osmar Rodrigues diz que o pedido de vista foi
129 claro a comissão não tem mais tempo regimental, pois já tiveram mais de 60
130 (sessenta) dias para fazer. Se não chegarem a uma concessão o que deve
131 ser seguido pelo pleno é que se não cumprir dentro do regimento será
132 aprovada automaticamente pelo pleno. O conselheiro Luiz Carlos Gorchinski
133 fala que não houve possibilidade de avaliação e nem de um parecer
134 conclusivo por causa da ausência de documentação comprobatória, não veio
135 e nem foi apresentado ao conselho. O presidente José Timoteo Vasconcellos
136 Sobrinho fala que na próxima reunião do pleno e tiver manifestação do relator
137 de qualquer comissão deverá ser estritamente referente à memória do
138 computador por isso que cada comissão que se reúne e debate entre si deve
139 ir colocando na memória feita no ato da reunião, não será mais aceita outro
140 parecer que não esteja contendo no computador, que no computador se não
141 chegar a uma conclusão vai haver uma votação entre os presentes na reunião
142 se deverão ser passada ao pleno ou não, o pleno vai decidir, mas referente
143 ao que consta na memória. O conselheiro Luiz Carlos Gorchinski pede para
144 deixar registrado seu repúdio a ingerência da Secretária Municipal de Saúde
145 na comissão de Orçamentos Programas e Projetos que não é permitido a
146 administração pública ingerir um conselho constituído para fiscalizar as
147 verbas da administração pública, eles ingeriram, impuseram consoante o
148 ofício lido na 13ª reunião ordinária do conselho. O conselheiro Luiz Carlos
149 Gorchinski também faz a leitura do relatório da comissão Intersetorial de
150 Avaliação Do Hospital Municipal Amadeu Puppi. Relatório. Eu, Luiz Carlos
151 Gorchinski, infra-assinado, Conselheiro Municipal de Saúde de Ponta Grossa,
152 representante do Movimento Popular De Saúde Do Estado Do Paraná -
153 MOPS, em sendo indicado para fazer parte da Comissão Intersetorial de
154 Avaliação da HYGEO gestão & saúde LTDA, no Hospital Municipal DR.
155 Amadeu Puppi, inerente ao contrato 394/2.016, participei em data de 12 de
156 setembro de 2.018 (Quarta-feira), da 16ª Avaliação Quantitativa e Qualitativa,
157 competência JULHO/2.018, apresentada pelo Diretor Administrativo e
158 Financeiro Jean Pierre Leôni. Devido a problemas de trânsito, com o Dr.
159 André Bernardi em sua viagem Curitiba - Ponta Grossa, a reunião teve início
160 às 10 h 42 min, na qual marcou presença todos os membros componentes da
161 já referida COMISSÃO, nominados na sequência: Jean Pirre Leôni (HMAP),
162 DR. André Bernardi (HYGEO Gestão & Saúde LTDA), Everson Milleo
163 (SMS/PG) e Luiz Carlos Gorchinski (CMS/PG). Houve as Boas-Vindas aos
164 presentes, as devidas apresentações por parte do Coordenador da Comissão
165 - Jean Pierre Leôni, igualmente, o OFÍCIO 073/2.018 do CMS/PG
166 formalizando aos demais membros esse Conselheiro, como novo
167 representante do referido, para a Comissão Intersetorial De AVALIAÇÃO, no
168 referido hospital. Prosseguindo, o Coordenador da Comissão, Jean Pierre



169 Leôni explicitou aos presentes, consoante documento em anexo, que as
170 metas físicas de competência julho/2.018, foram plenamente atingidas,
171 destacando-se os atendimentos especializados (Procedimentos Clínicos), em
172 número de 13.282 (Treze mil, duzentos e oitenta e dois) pacientes, uma
173 média de mais de quatrocentos atendimentos diários; também as internações
174 de urgência/ emergência (Média e Alta Complexidade Hospitalar), em número
175 de quinhentos e quinze, bem acima do parâmetro normal de trezentos e
176 oitenta das referidas internações. O Dr. André Bernardi deveras satisfeito,
177 teceu comentários sobre a importância das metas atingidas, acima dos
178 parâmetros mensais pré-estabelecidos e que a Empresa HYGEO gestão &
179 saúde LTDA primária por continuar prestando serviços com qualidade e
180 eficiência. Em sequência, o Coordenador da Comissão explicitou sobre as
181 metas qualitativas, com uma pontuação de quinhentos e setenta e cinco
182 pontos, atingindo um percentual de 82% (Oitenta e dois por cento),destarte
183 abaixo do esperado, podendo prejudicar a empresa financeiramente.
184 Destacou e enfatizou o não cumprimento por parte de alguns profissionais,
185 das diretrizes da NR 32, outrossim, das ordens de serviço e protocolos da
186 Instituição hospitalar, com um desempenho considerado apenas regular.
187 Somando-se o desempenho das metas físicas e qualitativas atingidas,
188 resultou em um percentual de 91% (Noventa e um por cento), no período
189 compreendido entre 1ª a 31 de julho de 2.018. O Dr André Bernardi comentou
190 que providências seriam tomadas no sentido de conscientização dos
191 profissionais lotados no Hospital Municipal Dr. Amadeu Puppi, para
192 cumprimento das diretrizes normativas, das ordens de serviço e protocolos.
193 Quanto às formalizações protocolizadas na ouvidoria da Secretaria Municipal
194 de Saúde (SMS/PG), inerentes aos atendimentos hospitalar, foi apenas em
195 número de OITO, destacando-se dois elogios, sendo que as referidas serão
196 relatadas em Reunião Plenária do CMS/PG, pela Coordenadora, Daniele De
197 Antoni Calixto Strake. Diante do relatado, a Comissão Intersetorial de
198 Avaliação solicitou ao Representante da Empresa HYGEO gestão & saúde
199 LTDA, para que providências sejam tomadas, no sentido de uma fiscalização
200 mais rigorosa por parte de seus Coordenadores, inerente às metas
201 qualitativas, destarte um efetivo cumprimento contratual. Esse Conselheiro
202 Representante do CMS/PG solicitou à Coordenadoria da Comissão oficial ao
203 referido, quanto à data das reuniões convocadas, ressaltando que na
204 Administração Pública tudo tem que ser formalizado, através de ofícios,
205 protocolos, etc., solicitação aquiescida pelo Coordenador Jean Pierre Leôni.
206 Consensualmente agendou-se a próxima reunião da comissão, para a data de
207 17 de outubro de 2.018 (quarta-feira), às 10 h 30 min, na sala de reuniões do
208 Hospital Municipal Dr. Amadeu Puppi, a qual será oficiada antecipadamente,
209 através de seu coordenador, a todos os membros componentes
210 representantes das instituições já nominadas, no início desse relatório.



211 Solicitei ao coordenador explicitar sobre os aditivos contratuais
212 complementares ao contrato 394/2.016, os quais alteraram substancialmente
213 seus valores, disse-nos que o referido contrato está disponível no sistema da
214 secretaria municipal de saúde de ponta grossa e que poderá ser verificado,
215 também que não é competência da comissão fiscalizá-lo, apenas avaliar
216 quantitativa e qualitativamente o desempenho da empresa prestadora de
217 serviços. Considerando-se as colocações do diretor administrativo e
218 financeiro do hospital, Jean Pierre Leôni e em diálogos com os Conselheiros
219 Representantes de nossa entidade (MOPS) nesse colendo conselho,
220 sugerimos, recomendamos e solicitamos à Secretaria Executiva oficial à
221 Secretaria Municipal de Saúde (SMS/PG), com fulcro na lei federal
222 12.527/2.011 (Transparência e Acesso à Informação) disponibilizar ao
223 Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa (CMS/PG), o contrato
224 394/2.016 atual, contendo todos os aditivos complementares, para serem
225 submetidos à uma severa e rigorosa análise da comissão de orçamentos,
226 programas e projetos, para ulteriormente exarar um parecer conclusivo ao
227 pleno. Concluindo o presente relatório, exarado na mais pura expressão da
228 verdade, afirmo que o coordenador Jean Pierre Leoni deu por finda a nossa
229 reunião, às 12 h 07 min, agradecendo a presença de todos da comissão, pelo
230 cumprimento de suas prerrogativas, atribuições e competências, emitindo um
231 parecer conclusivo, após minuciosa avaliação, à secretaria municipal de
232 saúde e aos responsáveis pela fiscalização do contrato; então subscrevo-me
233 ao final do presente, após lido na íntegra na próxima reunião ordinária do
234 Conselho Municipal de Saúde de Ponta Grossa. Senhor Diego Osmar
235 Rodrigues membro de comissão provisória da 11ª conferência municipal de
236 saúde faz a leitura da memória da reunião do dia 24 de setembro de 2018.
237 Coordenador José Timoteo Vasconcellos e coordenador adjunto Diego Osmar
238 Rodrigues. Conselheiros presentes; Carlos Eduardo Coradassi, José Timoteo
239 Vasconcellos Sobrinho, Bruno Campagnoni, colaboradores Gabriele de
240 Oliveira, Camila Thais, Barbará Luiza, Fernanda Cristine, Daniel Ribas da
241 Costa, Sabrina Ribeiro. Pauta da reunião definição dos responsáveis pelas
242 comissões, materiais e insumos. A comissão se reuniu às 17h30min com a
243 seguinte pauta, e fica definido que os residentes coordenarão os processos
244 das coordenações regulamentadas, comissão de formulação de relatoria
245 coordenador Bruno Campagnoni e Tiago Leitão, comissão de infraestrutura e
246 acessibilidade coordenadora Sabrina Ribeiro, comissão de inscrição no
247 processo eleitoral coordenadora Camila Thais e a comissão de acessória de
248 imprensa que ficou irresponsável. A comissão define a data da próxima
249 reunião dia 16 de outubro as 18h15min, será feito um convite aos demais
250 conselheiros para participar. **3. Informes Gerais.** O conselheiro Wagner
251 Lusiano fala que quer fazer uma apresentação baseada em um estudo feito
252 visitando algumas entidades e ligando para quem é envolvido na saúde. O



253 foco é em dependência química e fome, caso hoje em dia um dependente
254 químico ou familiar procure tratamento no nosso município, como foi
255 pesquisado em campo, geralmente começa no CAPS, que é o CAPS que faz
256 o tratamento de dependência química de álcool e drogas, também colocou o
257 CAPS juvenil, porque quando se trata de dependência química sendo menor
258 de idade também pode fazer o tratamento, colocou também o CAPS TM
259 (Transtorno mental), mas o seu foco não em dependência química. Então se
260 a pessoa precisa de um tratamento ela procura o CAPS, mas se a pessoa
261 não tem a informação ela vai ao CRAS que o encaminha para uma unidade
262 de saúde, que encaminha para o CAPS, após o CAPS receber essa pessoa
263 ela toma duas opções; opção A: que é o tratamento na unidade de saúde
264 local após avaliação dos profissionais com acompanhamento da equipe
265 técnica do CAPS e o acompanhamento da unidade saúde ali onde eles
266 disponibilizam a medicação necessária para esse tratamento; B: o segundo
267 encaminhamento é para as unidades terapêuticas. Hoje em Ponta Grossa as
268 que prestam serviços para a secretária são três, Esquadrão da Vida que
269 atende o público masculino acima de dezoito anos, ela tem um convênio de 4
270 (quatro) vagas para o município, o repasse mensal da secretária para esse
271 entidade é de 5.600 (cinco mil e seiscentos) reais em torno de 1.200 (mil e
272 duzentos) por vaga, a média do tratamento pelo CAPS é de 9 (nove) meses
273 nessa entidade. A outra entidade que presta o mesmo serviço junto a
274 secretária é a Comunidade Terapêutica Rosa Mística atende o público
275 feminino sendo menores de idade, maiores de idade e atende também
276 gestantes e mulheres maiores ou menores de idade que tenham filho
277 pequeno ela tem um convenio de 15 (quinze) vagas, hoje tem 4 (quatro)
278 vagas sobrando, repasse mensal dessa entidade 25.500 (vinte e cinco mil e
279 quinhentos) reais, sendo 1.700 (mil e setecentos) por vaga, uma média de 9
280 (nove) a 12 (doze) meses de tratamento lá. A outra entidade conveniada com
281 a secretária é o Ministério Melhor Viver, atende o público masculino, mas
282 apenas menores de idade, o convenio é para 14 (quatorze) vagas, repasse
283 mensal da secretária 37.404 (trinta e sete mil, quatrocentos e quatro) reais
284 sendo 2.671,71 (dois mil seiscentos e setenta reais e setenta e um centavos)
285 para cada vaga, sendo 9 (nove) meses de tratamento também. Após o
286 tratamento o usuário retorna para o pós-tratamento no CAPS, o usuário é
287 encaminhado novamente para o CAPS para continuar o tratamento em
288 quesito de uso de medicamentos que geralmente são controlados, a um
289 numero grande de dependentes que abandonam o tratamento. Os pontos
290 positivos que a rede como um todo desde o inicio das unidades de saúde
291 desde o CAPS, desde o inicio vem tentando promover trabalhos gradativos e
292 psicoterapêuticos quase sempre usando todos os recursos disponíveis no seu
293 alcance das legislações e vigências, uma vez que essa questão de saúde é
294 um tanto quanto delicada no quesito de números crescentes, ou seja, uma



295 questão de números de saúde que cresce gradativamente, uma questão bem
296 positiva também é que os pagamentos dos convênios estão em dia, todas as
297 entidades elogiaram o pagamento em dia. Dificuldades pleiteadas por alguns
298 usuários entrevistados, a dificuldade maior é de conseguir as receitas da
299 medicação após o tratamento, uma vez que os mesmos que fazem tal
300 reclamação alegam que não conseguem ter tempo para trabalhar e para
301 frequentar o CAPS. Avaliação total da rede, a necessidade de orientação aos
302 co-dependentes, familiares dos usuários que na maioria das vezes não sabe
303 como lidar com o usuário principalmente após o período de tratamento,
304 índices altos de recaídas por esses usuários por uma serie de fatores sócias
305 principalmente no quesito família, uma coisa importante a se destacar é que
306 vagas sobrando uma vez que o numero de dependentes necessitando do
307 tratamento é bem acima do numero de vagas. Sugestão: unir a rede como um
308 todo junto ao conselho para que se chegue em consenso afim de melhorar
309 ainda mais os atendimentos que vem sendo feito pela rede como um todo, o
310 trabalho está sendo feito da melhor forma possível mas se unir a rede ainda
311 pode melhorar, melhorar a prevenção. O conselheiro César José Campagnoli
312 pergunta se na conferencia dos trabalhadores vai ter alguma apresentação ou
313 não, se vão precisar de multimídia. **4. Ordem do Dia. 4.1. Deliberação do**
314 **Pleno quanto á aprovação do Plano de Aplicação do VIGIASUS.** O
315 presidente José Timoteo Vasconcellos Sobrinho fala quanto à aprovação;
316 **(com base a fala do Sr. Diego Osmar Rodrigues nas linhas 124 a 128 “Se**
317 **não chegarem a uma concessão o que deve ser seguido pelo pleno é**
318 **que se não cumprir dentro do Regimento Interno do CMS, será aprovada**
319 **automaticamente pelo pleno.). 4.2. Indicação de Palestrante das Pré-**
320 **Conferências de todos os Segmentos.** O Sr. Diego Osmar Rodrigues fala
321 que foi muito bom o contato com a população, que alguns conselheiros
322 deveriam ter para sentir a necessidade deles. É importante as outras
323 entidades participarem das pré- conferências é motivador fazer esse trabalho
324 com a população. O presidente José Timoteo Vasconcellos Sobrinho fala que
325 na primeira saiu 10 (dez) delegados e na segunda saiu 4 (quatro) delegados
326 para a conferência. O conselheiro Wagner Lusiano fala que como tem
327 bastante conferência os conselheiros titulares e suplentes deveriam participar.
328 Após deliberação fica definida qual data cada conselheiro vai palestrar. Dia
329 27/09/2018 – o Sr. Diego Osmar Rodrigues. Dia 10/10/2018 – Sra. Sueli
330 Terezinha Mensen. Dia 19/10/2018 – Conselheiro Felipe Simão Pontes. Dia
331 07/11/2018 – Wagner Lusiano. Dia 08/11/2018 – Bruno Compagnoni. Dia
332 21/11/2018 – Jefferson Gomes Palhão. Dia 22/11/2018 - César José
333 Campgnoli. Dia 29/11/2018 – Gerson Hilgemberg. Dia 25/10/2018 (Segmento
334 Trabalhador) - Juceleia Monteiro Vieira . Dia 21/11/2018 (Segmento Gestor) –
335 Carlos Eduardo Coradassi. Dia 21/11/2018 (Segmento Prestador) – Elaine



Conselho Municipal de Saúde
Ponta Grossa - Paraná

336 Cristina Rinaldi. O presidente José Timoteo Vasconcellos encerra a reunião
337 às 19h32.